

# Associações Profissionais de Militares

18 de Dezembro de 2013



ANS

AOFA



AOFA



AP

**Exmo. Senhor  
TGEN Carvalho dos Reis  
Digníssimo Chefe da Casa Militar de  
Sua Excelência o Presidente da República**

**ASSUNTO: AUSTERIDADE - ORÇAMENTO DO ESTADO E DIPLOMAS COM A MESMA  
MATRIZ**

Em nome das ANS, AOFA e AP, solicitamos a V. Exa. se digne levar ao conhecimento de Sua Exa. o Presidente da República (PR) o seguinte:

Depois de, nalguns dos anos que o antecederam, se ter verificado como que o prelúdio do que viria a seguir – no que diz respeito aos militares, congelamentos das progressões no regime remuneratório e nas pensões, convergência e sequente degradação das condições da assistência na doença aos militares, alteração das regras de cálculo da reforma, por exemplo – 2011 marcou o ponto de partida para sistemáticas e duríssimas medidas de austeridade impostas aos portugueses, num crescendo como não há memória nos tempos da democracia, com particular realce para as que vêm incidindo nos servidores do Estado, nos pensionistas e nos reformados.

Sem esquecermos as dificuldades por que passam os nossos concidadãos, aos quais sempre dissemos “presente” no que toca à solidariedade, compete às Associações Profissionais de Militares (APM) dar conta a Sua Exa. o PR, ainda por cima, por inerência, o Comandante Supremo das Forças Armadas, do que penaliza profundamente os militares e, em consequência, os preocupa e indigna, por muito que se afirme publicamente o contrário.

Entramos no quarto ano de enormes sacrifícios e já se prefiguram outros no horizonte próximo ou, até, afastado.

Em 2014 já sabemos o que o Governo nos quer impor, sempre para pior, através da Lei do Orçamento do Estado (OE) ou de diplomas de matriz semelhante:

- Cortes (muitos mais e bem maiores) nas remunerações;
- Promoções a conta-gotas;
- Revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) feita num enorme secretismo, o que indicia o agravamento das condições globais das carreiras;
- Redução de efectivos, atingindo particularmente os militares em RC e RV;
- Assistência na Doença dos Militares (ADM), com tratamento diferenciado (nomeadamente no caso dos chamados “protocolados”), com menor abrangência, mais cara, de pior qualidade;
- Hospital das Forças Armadas (HFAR), a prestar um serviço pior do que os anteriores Hospitais dos Ramos;
- Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), a ver degradar o papel que devia desempenhar, nomeadamente num período de tantas dificuldades para a Família Militar;

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa

Tel: 218 15 4 966 • Fax: 218 154 958 • E-mail: [contacto@ans.pt](mailto:contacto@ans.pt)

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel, 27-C, 2780-064 Oeiras

Tel: 214 417 744 • Fax: 214 406 802 • E-Mail: [geral@aofa.pt](mailto:geral@aofa.pt)

AP – Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lote 12 –Loja B – 1750-403 Lisboa

Tel: 217 552 939 • Fax: 214 056 487 • E-Mail: [geral@apracas.pt](mailto:geral@apracas.pt)

## Associações Profissionais de Militares



ANS

AOFA



AOFA



AP

- Pensões de Reforma sujeitas à contribuição (CES) e taxa, ditas extraordinárias de solidariedade, e as de maior antiguidade, pese embora a sua degradação, ameaçadas de novo corte, mais abrangente e só supostamente reversível;
- Dupla tributação para os militares que transitaram para a situação de reforma mais recentemente (cálculo da pensão de reforma a partir da remuneração de reserva reduzida e, depois, a CES a incidir nesse valor), quando para outras categorias profissionais e, até, empresas, há o cuidado de evitar que isso aconteça;
- Extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas e futuro incerto dos complementos de pensão de reforma, bem como de direitos associados às contribuições entregues pelos que daquele fazem parte;
- IRS a recair violentamente sobre o que sobra das remunerações ou pensões.

Tudo isto tornando ainda mais intrincado o novelo legislativo, que quase impossibilita, na prática, que, de forma clara, cada militar perceba sequer o que lhe está a acontecer, naquilo que acaba por configurar a intenção de que suceda isso mesmo.

Mais: os constrangimentos orçamentais, entre outras coisas, vão dificultando o treino dos militares, situação que poderá tornar mais problemático o seu desempenho e, até, no limite, pôr em risco, desnecessariamente, a sua vida.

Isto para não falarmos das questões operacionais, a que o recente discurso de posse de Sua Exa. o Chefe do Estado-Maior da Armada conferiu uma actualidade que não pode ser mais ignorada e a que os militares, que se Honram de Servir a Sociedade que neles Confia têm que dar seguimento, até porque, como todos sabem, embora o discurso público seja normalmente outro, pode estar em risco a qualidade de serviços essenciais às populações. E esse facto angustia o dia-a-dia dos militares, que anseiam, sempre, por poder dar o seu melhor ao serviço dos Portugueses.

Entretanto, os militares, como cidadãos que são, não podem deixar de ficar perplexos com o facto de não se apurarem cabalmente as responsabilidades pela situação a que nos fizeram chegar e, por outro lado, não conseguem perceber porque, no meio dos sacrifícios da esmagadora maioria dos Portugueses, permanecem praticamente intocados os interesses associados às parcerias público-privadas, às rendas excessivas, aos swaps, à colocação das sedes fiscais das empresas no estrangeiro, à estabilização das dificuldades da banca (com particular realce para o caso BPN) à custa dos contribuintes.

Os militares porfiam, na realidade, por um horizonte de esperança e esta encontra-se nas mãos de Sua Exa. o Presidente da República.

Requerem-lhe, por isso:

- Para já, que não promulgue a Lei do OE/2014 ou submeta o diploma à fiscalização preventiva do Tribunal Constitucional;
- Mais: que coloque um fim nesta forma de resolver problemas de que os militares e os seus concidadãos não são, certamente, os culpados.

Com os melhores cumprimentos,

Os Presidentes das ANS, AOFA e AP

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa

Tel: 218 15 4 966 • Fax: 218 154 958 • E-mail: [contacto@ans.pt](mailto:contacto@ans.pt)

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel, 27-C, 2780 Oeiras

Tel: 214 417 744 • Fax 214 406 802 • E-Mail: [aofa@sapo.pt](mailto:aofa@sapo.pt)

AP – Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lote 12 –Loja B – 1750-403 Lisboa

Tel: 217 552 939 • Fax: 214 056 487 • E-Mail: [geral@apracas.pt](mailto:geral@apracas.pt)